



Mesa 3: Los conflictos agrarios como representación de las relaciones de poder: aspectos teóricos y estudios de caso.

BINI, Danton Leonel de Camargo

Instituto de Economía Agrícola (IEA), São Paulo, Brasil

Investigador Científico

danton@iea.sp.gov.br

El Subalterno en el espacio agrario del Brasil Agrícola: un estudio de caso en Araçatuba, San Pablo, Brasil

Resumen:

Los usuarios de la mayoría de las zonas agrícolas del oeste de Sao Paulo, el ganado vacuno y las plantaciones de caña conformaran en las últimas décadas un sistema de propiedad de la tierra definido como sistema caña-buey. En la convivencia con estas ocupaciones hegemónicas, otros sistemas de cultivos alimentarios han trabajado productivamente al abastecimiento prioritario del mercado local, regional y nacional. Dispuestos en diferentes niveles de tecnificación, capitalización y de organización, estas actividades agrícolas están presentes en la horizontalidad del territorio utilizado como circuitos espaciales de hegemonía complementaria y subalterna. En el mantenimiento de técnicas rudimentarias sobrevive y se reproduce (en los intersticios de las nuevas modernidades) racionalidades autóctonas que persisten en la oferta de productos tradicionales de la cultura regional. Para el período actual se presenta en este artículo la manifestación actual de este multiterritorialidad en el espacio geográfico de la región de Araçatuba, dando énfasis en la espacialidad subalterna.



Introdução

Entender a ocupação hegemônica do espaço rural da região de Araçatuba pelo sistema cana-boi não é o suficiente para explicar as dinâmicas de sua geografia econômica. Como enfatizado por Rofman (1974),

La región determinada por el comportamiento teórico o empírico del mercado de un solo producto pierde validez en tanto ahora nos referimos no solo al proceso de producción, sino también al de circulación, distribución y consumo. Y además el análisis se ocupa de todas y no de una mercancía aislada (ROFMAN, 1974, p. 44, *apud*, DE JONG, 2009, p. 212).

Mesmo que a predominância ascendente dos fluxos da cultura canavieira sobre a pecuária bovina de corte tenha se destacado na difusão do consumo produtivo agrícola nos anos 2000 (dinamizando o terciário da economia urbana através das novas casas de comércio de máquinas, implementos, escritórios contábeis, administrativos, de assistência técnica e propaganda, entre outros), os estudos acadêmicos de temática regional não podem se eximir da tarefa de compreensão do funcionamento dos outros *circuitos espaciais* agropecuários vigentes na configuração territorial pesquisada.

Como acontece a atividade produtiva de outras culturas na região de Araçatuba? São circuitos capitalizados? Qual o nível tecnológico de suas produções? Estão a serviço de quais demandas? Produtos alimentícios não produzidos regionalmente ou com produções insuficientes são trazidos de quais regiões? Essas são algumas perguntas que serão respondidas nessa parte da pesquisa, as quais darão um indicativo da possibilidade de se captar



a realidade dos *circuitos espaciais* agropecuários nas dimensões da produção (agropecuária e agroindustrial), da circulação atacadista e da distribuição varejista. Ao se deparar com as intensivas interações inseparáveis entre o campo e as cidades do *Brasil Agrícola*, ou melhor, das Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) brasileiras (ELIAS, 2012), ousou-se aqui incluir os *circuitos espaciais* agropecuários a partir de suas diferenciações enquanto circuitos dominantes, circuitos dominantes complementares e circuitos subalternos da economia.

Numa realidade em que as cidades existentes são em grande quantidade *cidades do campo* (SANTOS, M. 2000), lócus de atividades econômicas que vão além do terciário especializado no setor (comprovado pela presença de agroindústrias, indústrias de beneficiamento e de variadas produções artesanais de produtos alimentares no tecido urbano dessas regiões agropecuárias), a classificação dos *circuitos espaciais* aí presentes não podem se limitar à correlação entre *agricultura científica* moderna e circuito superior (dominante) da economia (ELIAS, 2006)¹. Para as culturas alimentares demandadas pelo mercado interno regional e nacional, foi realizada uma abordagem teórica a partir de suas diferenciações em capitalização, uso das técnicas e organização social. Daí a compreensão dos *circuitos espaciais* de produção agropecuários menos modernos no *Brasil*

¹ Denise Elias faz essa ligação ao relatar que “[...] grande parte dos *circuitos espaciais da produção* dessas *redes* de produção agropecuária há muito não se esgotam no interior da própria empresa agropecuária, que passa a ser somente um dos elos de uma complexa cadeia produtiva. Dessa forma, os *circuitos espaciais de produção* assim como os *círculos de cooperação da agricultura científica* extrapolam, de forma cada vez mais intensa, os limites de um lugar, de um município, de uma região ou de um país, reforçando-se sua presença no *circuito superior da economia* (SANTOS, M. 1979)” (ELIAS, 2006, p. 286). Destaca-se que essa referência a Milton Santos (1979) é direcionada ao livro *Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*, citado neste estudo a partir de republicação do ano de 2002 (SANTOS, M. 1979, 2002).



Agrícola enquanto circuitos dominantes complementares e circuitos subalternos da economia.

A agropecuária no circuito subalterno da economia regional

Predominantemente nos países subdesenvolvidos e ‘em desenvolvimento’ (nas diferentes regiões especializadas em produtos para o mercado globalizado), em contraposição e concomitante aos modelos hegemônicos de produção, circulação e distribuição agropecuária, e enquanto resultado da “[...] existência de superposições de divisões territoriais do trabalho particulares, responsáveis pela formação de vários circuitos da economia agrária, tais como os formados a partir da agricultura camponesa não integrada ao agronegócio” (ELIAS, 2012, p. 04) funcionam circuitos subalternos que configuram circuitos inferiores nas economias regionais.

Numa realidade em que a alocação da maior parte dos recursos nacionais para a agropecuária é feita em nome de um processo de modernização que beneficia quase somente aqueles que já estão estruturados em circuitos superiores da economia, muitos pequenos agricultores ficam incapacitados de pagar pelas melhorias tecnológicas surgidas (mesmo quando elas custam pouco) (SANTOS, M. 1979, 2002). Constituem-se nesses casos *circuitos espaciais* de produção em que os instrumentos de trabalho são ainda rudimentares e as atividades produtivas qualificam-se por serem intensivas em mão de obra. Como exemplo, pode-se citar o caso do leite, que em muitas localidades apresenta-se em *situações* nas quais os



produtores realizam a ordenha de forma manual (mesmo com a presença de tecnologia a baixos custos no mercado).

Perfaz também a compreensão da *coexistência* dessa disparidade, a organização deficiente desses empreendimentos fruto da baixa escolaridade de seus integrantes (SANT'ANA & COSTA, 2004). Ao predominar no campo brasileiro (com ênfase para os pequenos produtores) homens e mulheres com poucos anos de estudos, justifica-se a quantidade significativa de produções onde o controle de negócios frequentemente é arcaico (SANTOS, M. 1979, 2002). Assim, mesmo onde haja oportunidade de acesso às linhas de créditos e financiamentos para obtenção de inovações, as limitações principalmente educacionais impedem a autonomia desses atores sociais num processo de transformação.

Frutos de demandas ocorrentes quase em suas totalidades na *horizontalidade* contígua, os circuitos subalternos da produção das culturas alimentares (enquanto territorialidades menores coexistentes nas regiões do *Brasil Agrícola*) apresentam como principais características, além da fundamental tríade 1) baixa capitalização, 2) tecnificação ultrapassada e 3) frágil organicidade:

- a) acontecerem quase exclusivamente pelo esforço do trabalho familiar (com restrita contratação de mão de obra complementar);
- b) serem o resultado de produções pequenas e pouco planejadas (no que se refere ao modo de gestão capitalista);
- c) estarem parcialmente direcionados ao autoconsumo;
- d) quando comerciais, ao configurarem ciclos Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria (M-D-M), legitimam suas produções para a obtenção de outros



bens de consumo que satisfaçam as necessidades essenciais da família, e não a formação de capital (MARX, 1867, 1984);

e) atenderem majoritariamente *circuitos espaciais* de circulação e distribuição curtos (distâncias reduzidas percorridas entre os lócus da produção e o do consumo);

f) atuarem parcialmente na ilegalidade (com produções e beneficiamentos artesanais, fora dos padrões métricos do mercado);

Por mais antiquados que sejam os domínios da técnica, eles existem. E postos em prática em sistemas de produção exigentes de baixa capitalização (de pequenas barreiras à entrada), dão vida a uma diversidade de produtos fornecidos em pequenas escalas quase exclusivamente para os mercados locais e, às vezes, regional.

Mantendo o trabalho manual (familiar predominantemente) enquanto fator essencial das atividades agropecuárias no circuito subalterno, sua presença é bastante forte nos assentamentos de reforma agrária surgidos após o período da redemocratização brasileira nos anos 1980. Vê-se também sua manifestação em pequenas propriedades de agricultores tradicionais.

Constituído por produtores de baixa escolaridade, que possuem dificuldades em formalizarem burocraticamente parte de suas produções (principalmente aquelas de agregação de valor quando há beneficiamento de produtos), o circuito subalterno da produção de alimentos compreende atividades que mesmo sem se enquadrarem nas normativas da legalidade hegemônica são frutos de demandas não ofertadas pelo mercado formal.

Assim, constata-se que uma fatia significativa do alimento consumido nas economias regionais não é legalmente reconhecida pelo



Estado. Não recebe a estruturação necessária para ser certificada e registrada pelos sistemas oficiais de inspeção governamental, sejam eles federal (como o SIF² para produtos de origem animal), estadual (SISP, para São Paulo³) ou municipal (SIM⁴).

Para alguns grupos regionais minimamente capitalizados, há a concessão para o funcionamento de pequenas e médias agroindústrias de produtos alimentares. Já aos pequenos beneficiamentos artesanais (devido à inatividade ou inexistência dos Serviços de Inspeção Municipal na maioria das cidades pesquisadas), resta a ilegalidade parcialmente tolerada pelo significativo fragmento da população regional que consome os produtos tradicionais resultados dessas atividades⁵.

Dessa forma, mesmo não reconhecida em sua maior parte pela estatística dos fluxos contabilizados no espaço econômico abstrato dos órgãos oficiais (públicos e privados), a produção, circulação e distribuição

² Os estabelecimentos cadastrados e registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF) garantem a inocuidade necessária de seus produtos com os padrões requeridos para exportação.

³ Os estabelecimentos cadastrados e registrados no Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP) garantem a inocuidade necessária de seus produtos para comercialização dentro da delimitação territorial estadual.

⁴ Os estabelecimentos cadastrados e registrados no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) garantem a inocuidade necessária de seus produtos para comercialização dentro das delimitações territoriais dos municípios.

⁵ Na esmagadora maioria dos municípios da região de Araçatuba, o SIM não existe. Nos municípios maiores, como o próprio município-sede (Araçatuba), o SIM não lança esforço algum para potencializar a legalização de pequenos estabelecimentos de beneficiamento de alimentos.



ilegais de muitos alimentos do circuito subalterno acontecem no espaço concreto, ou melhor, no espaço geográfico, *espaço banal*, *território usado* por todos (SANTOS, M. 1979b, 2003; SANTOS, M. *et. al.* 2000).

Reconhece-se que essa totalidade parcial presente nos lugares e nas regiões,

[...] Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento do todo, permitindo enfrentar corretamente a tarefa de análise. (SANTOS, M. *et. al.* 2000, p. 104)

Esses circuitos inferiores da economia regional manifestados desde a produção agropecuária acontecem estimulados por escassos capitais próprios, créditos não oficiais (de agiotas, por exemplo), adiantamentos (feitos por atacadistas, agroindústrias e varejistas) e por partes minúsculas do investimento oferecido pelo poder público. São fluxos subalternos dos diferentes produtos pertencentes à cesta básica de alimentos da população que constituem especialidades menores na economia agropecuária regional. Produzidos na maioria dos casos em pequenas propriedades, de escalas reduzidas e por técnicas rudimentares totalmente intensivas em mão de obra, esses alimentos propiciam a oferta de uma significativa fatia abastecedora dos mercados locais/regionais (MONTAGUT, 2009).

É dessa forma que, na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos de *baixo*, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares. [...]. A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de



XIII Jornadas Nacionales y
V Internacionales de Investigación y Debate.

Sujetos Sociales
y
Territorios Agrarios
Latinoamericanos
Siglos XX y XXI

Universidad Nacional de Quilmes
27 al 29 de julio de 2016

Organizan



Auspician



continuar existindo. Nos lugares, uma e outra se encontram e confundem, daí a presença simultânea de comportamentos contraditórios, alimentados pela ideologia do consumo. Estes, a serviço das forças socioeconômicas hegemônicas, também se entranha na vida dos pobres, suscitando neles expectativas e desejos que não podem contentar. (SANTOS, M. 2000, p. 132-133).

É atendendo demandas reprimidas principalmente da população pobre que a alimentação se manifesta no circuito subalterno. Numa realidade em que as pessoas são induzidas a preferir modelos de consumo não alimentares possíveis de serem atendidos predominantemente através do uso do crédito formal (como os eletroeletrônicos em geral), parte de consumos essenciais (como a alimentação) são atendidos por linhas de varejos alternativos (SANTOS, M. 1979, 2002). O fiado nos mercadinhos e nos açougues de bairros da periferia urbana das cidades médias e das cidades pequenas são exemplos desse acontecer diferenciado no *território usado* (Fotos 1).

XIII Jornadas Nacionales y
V Internacionales de Investigación y Debate.

Sujetos Sociales
y
Territorios Agrarios
Latinoamericanos
Siglos XX y XXI

Universidad Nacional de Quilmes
27 al 29 de julio de 2016

Organizan

CEAR
Centro de Estudios de la
Argentina Rural

UC
UNIVERSIDAD
DE CANTABRIA

ccil
Centro de Estudios
Institucionales
Latinoamericanos
Tribu, Leticia, Sude

Auspician

AGENCIA
NACIONAL DE PROMOCION
COMERCIAL

CONICET

Universidad
Nacional
de Quilmes



Fotos 1 - Assinatura de nota promissória em comercialização fiado em mercado no município de São João de Iracema/SP, região de Araçatuba, Brasil. Autoria: BINI, 2013.

Outra característica na qual a agropecuária demonstra suas facetas no circuito subalterno das economias regionais no *Brasil Agrícola* apresenta-se quando o produtor rural expande suas ações além da atividade agropecuária ao realizar a venda direta de seu produto. Numa fuga à subsunção da renda da terra obtida pelo seu trabalho ao capital comercial de intermediários atravessadores, a venda direta de parte da produção no perímetro urbano adjacente em feiras livres e no tradicional e popular “porta a porta” (onde são fortes os laços de confiança adquiridos junto a uma clientela cativa, seja ela o consumidor direto ou algum estabelecimento varejista) representa o formato majoritário da agropecuária no circuito subalterno (isto é, o de percorrer pequenas distâncias da produção ao consumo).

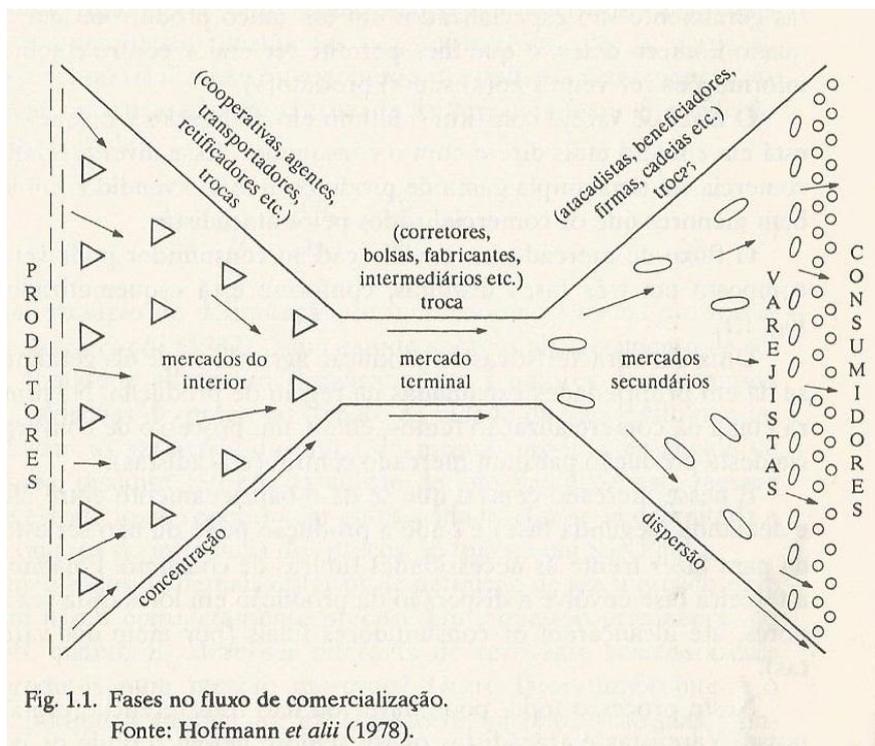
Consolidando esses fluxos inferiores das economias regionais, os programas governamentais de compra direta dos pequenos produtores agropecuários para abastecimento de demandas institucionais locais



surgidos na última década - como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – têm legitimado e potencializado a produção de alimentos no circuito subalterno. Ao se apresentar uma demanda cativa de muitos produtos até então pouco cultivados (principalmente nos assentamentos de reforma agrária), passou-se a se estabelecer uma nova realidade na oferta de alimentos para as economias local e regional.

No caso de culturas muito perecíveis, excedentes regularmente obtidos além do enviado aos programas têm sido direcionados para as vendas diretas “porta a porta”, para as feiras livres e para atacadistas, varejistas e indústrias de beneficiamento.

Tudo isso demonstra que os esquemas clássicos que descrevem os fluxos de comercialização da produção agropecuária não consideram o circuito subalterno enquanto parte da realidade. Seus resultados persistem no cotidiano da *horizontalidade* como “produção invisível” (GRISA & GAZOLLA & SCHNEIDER, 2010). Ao retratarem de forma generalizada e linear os encaminhamentos dessa produção para os mercados atacadistas e varejistas (Fluxograma 1), muitos especialistas não captam a totalidade dos *circuitos espaciais* agropecuários.

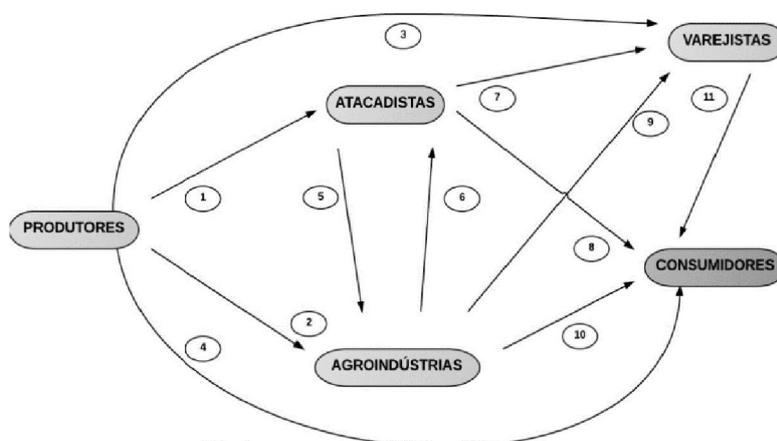


Fluxograma 1 - Abordagem clássica dos fluxos de comercialização de produtos agrícolas.

Fonte: Hoffmann et. al. (1978), apud Marques P. & Aguiar (1993, p.20).

Ao considerar a produção do circuito subalterno e seus destinos enquanto ramificações rizomáticas (DELEUZE & GUARARRI, 1980, 1995), um fluxograma da comercialização dos produtos agropecuários deve representar os diferentes trajetos dos seus circuitos espaciais. Assim, mesmo que aconteça no subterrâneo da ilegalidade dos mercados locais/regionais contíguos e horizontais à produção, as vendas diretas aos consumidores, a varejistas e às indústrias de beneficiamento devem ser apreendidas

como parte da totalidade analisada e compreendida nos estudos acadêmicos (Fluxograma 2)⁶.



Fluxograma 2 - Fluxos *rizomáticos* da comercialização de produtos agrícolas.

- 1– Comercialização produtores–atacadistas;
- 2– Comercialização produtores–agroindústrias;
- 3– Comercialização produtores–varejistas;

⁶ Somente se foge dessa abordagem quando as intenções do pesquisador ou a falta de abrangência de seu espectro não atinge as dimensões abarcadas pelo circuito subalterno. Daí que conforme Marques P. & Aguiar (1993), “Estudar a comercialização de produtos agrícolas envolve descrever a realidade, procurando analisá-la e entendê-la. De acordo com o que julgamos ser o ideal, explicitamos nossos objetivos e então formulamos um plano para aproximar a realidade dos nossos objetivos” (MARQUES, P. & AGUIAR, 1993, p.19-20). Ou seja, quando a realidade idealizada foge aos interesses do investigador, muitas vezes torna-se enviesada por não portar todos os elementos constituintes da totalidade parcial em estudo.



- 4– Comercialização produtores–consumidores;
- 5– Comercialização atacadistas–agroindústrias;
- 6- Comercialização agroindústrias–atacadistas;
- 7– Comercialização atacadistas–varejistas;
- 8 – Comercialização atacadistas - consumidores;
- 9 - Comercialização agroindústrias – varejistas;
- 10- Comercialização agroindústrias – consumidores;
- 11 – Comercialização varejistas – consumidores.

Organizado por BINI, 2014.

Elaboração: Silmara Bernardino da Silva, 2014.

Olhando por esse viés, passa-se a se enxergar relações cidade-campo (ou campo-cidade) muito além dos fluxos corporativos hegemônicos pelo circuito superior em sua *solidariedade organizacional* (SANTOS, M. 1993, 1994b). Em *situações* de complementaridades efetivadas pela manutenção de hábitos alimentares locais/regionais (HESPANHOL, R. 2013), esses fluxos curtos de produtos alimentares do circuito inferior são o resultado de uma “*solidariedade orgânica* localmente tecida” (SANTOS, M. 1993, 1994, p. 115). Numa fuga à unicidade massificada do padrão alimentar global que tem gerado vulnerabilidade nutricional às populações (MAGALDI, 2010), mantêm-se em diferentes regiões do Brasil e do Mundo Agrícola resistências ferrenhas no objetivo de se manter produções autóctones diversificadas de alimentos saudáveis.



A produção e o consumo de alimentos na região de Araçatuba

No entendimento de que o sistema cana-boi (que faz uso hegemônico da estrutura agropecuária instalada na região) funciona prioritariamente para abastecer demandas de consumo longínquas, faz-se importante a compreensão de como se territorializam os outros *circuitos espaciais* agropecuários em terras regionais, com ênfase para as culturas alimentares que abastecem as demandas de segurança alimentar e nutricional da população autóctone.

Numa realidade em que a relação entre a expansão dos agrocombustíveis e a produção de alimentos ganhou agenda política internacional, explicar como se tem territorializado essa conexão na totalidade parcial que é a região de Araçatuba faz muito sentido para este estudo.

Seguindo Vivas (2009), parte-se do entendimento de que as razões conjunturais expostas como os fatores mais incidentes sobre a crise dos alimentos revelam de maneira fragmentada os motivos do aumento dos seus preços no período pós-2008. Assim, os problemas meteorológicos (vinculados às irregularidades climáticas), o aumento do consumo pela população mundial e a diminuição das reservas de grãos pelos sistemas nacionais ficariam bem aquém das causas relacionadas com as crescentes inversões de capitais especulativos em matérias-primas como as *commodities* agropecuárias.

O aumento do preço do petróleo (que provocou uma enorme elevação nos valores dos fertilizantes e do transporte relacionado ao sistema espacial de distribuição de alimentos) gerou como consequência crescentes investimentos na produção de combustíveis alternativos. Nesse caminho, a redução dos espaços para a produção de culturas alimentares interferiu em suas ofertas nos mercados nacionais e internacional. O encarecimento no valor da terra (e de seu arrendamento) ocasionou uma valorização



nas unidades de comercialização dos produtos agropecuários que atraiu atores do mercado financeiro para investimentos especulativos no mercado futuro de alimentos (HOLT-GIMÉNEZ, 2008).

Contudo, para se compreender a problemática em que se assenta a crise alimentar mundial no início do século XXI, deve-se ir além das *situações* conjunturais da última década.

As políticas neoliberais aplicadas indiscriminadamente no transcurso dos últimos trinta anos em escala planetária (extrema liberalização comercial, rígidas exigências para o pagamento da dívida externa nos países do Sul e privatização dos serviços e bens públicos), assim como um modelo de agricultura e alimentação ao serviço de uma lógica capitalista são os principais responsáveis por esta *situação*. (VIVAS, 2009, p.14)

Abriu-se um desencadear de ações as quais resultaram em políticas de ajustes estruturais da economia que privilegiam o crescimento da exportação de matérias-primas (principalmente agropecuárias e minerais) e a restrição do gasto público. Adicionam-se neste concerto orquestrado pelas principais nações da economia planetária - via Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) -, medidas que forçaram o consentimento de governos como o brasileiro a retirarem subvenções aos produtos de primeiras necessidades através de atitudes como a isenção de tarifas alfandegárias para importação de uma grande quantidade de mercadorias alimentícias (DELGADO, 2008) e a exclusão de cotas de incentivos às produções setoriais de alimentos por pequenos produtores (OLIVEIRA, A. U. 2007).

À mercê das forças do livre mercado, reforça-se nas regiões agropecuárias a especialização em algumas culturas produzidas em grandes escalas para serem distribuídas em pontos dispersos do espaço geográfico. Seguindo essa lógica, volumes consideráveis de produções regionais de culturas alimentares são escoados para



consumos distantes, segundo os interesses das grandes *redes* atacadistas e varejistas. Reduz-se assim a oferta diversificada de alimentos básicos produzidos no entorno imediato, conformando uma *situação* em que a ausência de um planejamento estatal mais efetivo na definição de zoneamentos produtivos e dos fluxos de comercialização das culturas alimentares essenciais possibilita que as decisões sobre *o que e para quem* produzir fiquem retidas nos indicativos dados pelos agentes mais capitalizados do mercado (MUÑOZ, 2007).

Resultado desse processo revolucionário de reestruturação da atividade produtiva agropecuária (com as novas tecnologias capacitando se cultivar cada vez mais nos mesmos espaços existentes), nunca antes na História da humanidade se produziu tanta comida (MONTAGUT & DOGLIOTTI, 2008). Contudo, contraditoriamente, também nunca antes tantas pessoas deixaram de se alimentar com a regularidade necessária (VIVAS, 2009).

Com a especialização produtiva regional e local das terras agrícolas, ao mesmo tempo em que se tem um aumento da produtividade e da redução dos custos relativos da produção dessas culturas, alargaram-se as distâncias do restante de seus *circuitos espaciais* (circulação, distribuição e consumo). Obtêm-se nas regiões, de um lado, safras significativas de poucos produtos (que serão comercializados para abastecer predominantemente mercados consumidores longínquos), e por outro lado, produções insignificantes de variados produtos alimentares que nem sequer abastecem as demandas internas à região. Disso, surge a necessidade de captação pelo atacado e varejo (em outras regiões e localidades de especialização produtiva) da maioria dos alimentos da cesta básica consumida pelas populações regionais.

Mesmo que toda essa lógica apresente economicidade, do ponto de vista ambiental e social surgem variados questionamentos. A redução da biodiversidade dos ecossistemas locais e a restrição do acesso ao consumo de muitos alimentos realizado através de relações não capitalistas de comercialização (autoabastecimento, doação, compartilhamento solidário) são alguns dos problemas causados pelo modelo de divisão



territorial da produção trazido pela Revolução Verde e aprofundados com o neoliberalismo (KEET, 2007).

Como exemplo, numerosos estudos constataam os impactos negativos da expansão da cana-de-açúcar nos anos 2000 para o acesso a uma diversidade de alimentos produzidos regionalmente na economia paulista e no Centro-Sul do Brasil (OLIVEIRA, I. & NEDER & ALMEIDA FILHO, 2010). Outros contestam essa tese, ao argumentarem que a cana-de açúcar se estendeu prioritariamente sobre áreas de pastagens (ADAMI, M. *et. al.* 2013) e que assim é possível conciliar o alargamento do uso da terra por essa cultura com a produção de alimentos (SANTOS, G. *et. al.* 2009). Na tese aqui defendida se apresenta a constatação de que são em áreas de arrendamento de pastagens que se produz e se produziu historicamente nas últimas décadas a maior quantidade e diversidade de alimentos na região em estudo. Sendo assim, indiretamente, onde a cana-de-açúcar ocupa área de pastagem, tem-se a certeza de que pelo menos durante cinco anos (prazo majoritário dos contratos de arrendamento para essa cultura) não se terá produção alimentar.

Procurando entender essa realidade a partir da região de Araçatuba no início do século XXI, visualiza-se primeiramente que a ocupação (em hectares) das terras regionais por culturas alimentares manteve praticamente o mesmo espaço entre 2000 e 2010 (década de maior expansão da atividade canavieira)^{7 8} (Gráfico 1).

⁷ Apresentando espaçamento em pés, a maioria dos dados da fruticultura será apresentada em separado (Gráfico 10): banana, maracujá, melancia e melão, ao terem sido suas informações tabuladas em hectares pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações Estatísticas dos Agronegócios do Instituto de Economia Agrícola (CPDIEA), foram incluídas nessa primeira totalização de culturas alimentares devido às dificuldades de se encontrar um fator de produtividade na relação pés/hectares entre 2000 e 2010.

⁸ Excetuam-se as áreas das pecuárias bovina (tanto leiteira como de corte), suína e avicultura, que também produtoras de alimentos serão debatidas neste capítulo no que se referem aos volumes produzidos e as origens do consumido (e não em termos de ocupação de área). Como as áreas de pastagens são apresentadas aqui de forma generalizada - sem especificar que tipo de pecuária atua-, tratar-se-á do seu espaçamento em si, independente da funcionalidade (que em muitos casos vai além do produtivo, ao ser meramente

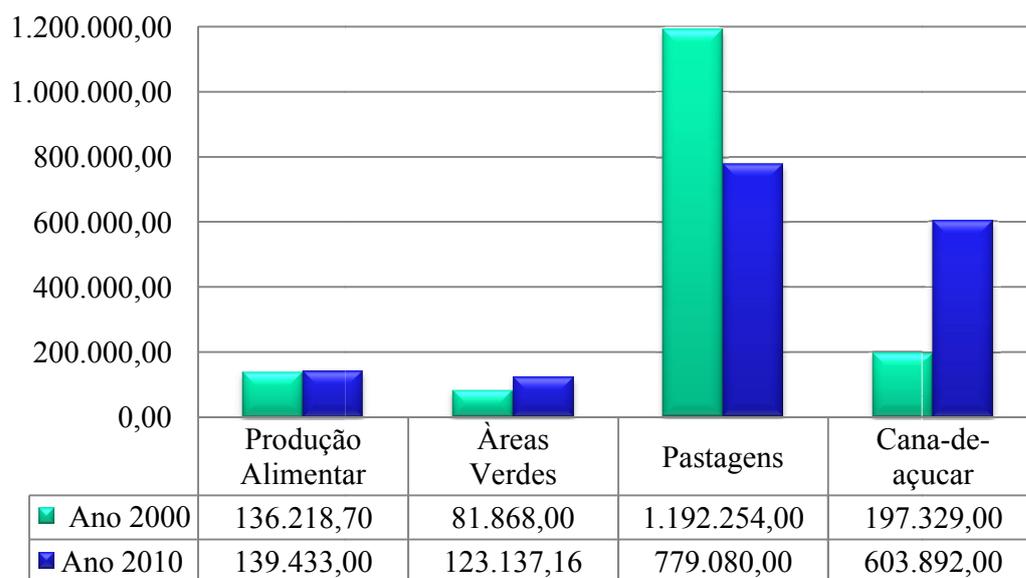


Gráfico 1 - Região de Araçatuba/SP - Variação da composição agropecuária, em hectares (2000 e 2010).

Fonte: Banco de Dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Passando de uma área de 136.218,70 para 139.433,00 hectares, a ocupação das culturas alimentares apresentou um reajuste de 2,6% nessa primeira década dos anos 2000⁹. Daí que a expansão da cana-de-açúcar, ao não tomar a predominância das pastagens sobre o espaço geográfico regional, manteve reservas de áreas (em menor quantidade) para a produção alimentar. Ou seja, onde antes (no início dos anos 2000) se

especulativa). O fato de a quase totalidade dos descartes da pecuária leiteira ir às fileiras dos matadouros para obtenção de carne despreocupa a não fragmentação numa análise prioritária de composição espacial.

⁹ Dentro dessa estabilidade há que se considerar que entre 2000 e 2010 a cultura da soja (usada em áreas de renovação de canaviais) representou a quase totalidade desse aumento com um aumento de 52,4% em sua ocupação no espaço regional (8.232,3 hectares a mais foram ocupados com a cultura na região de Araçatuba nessa década).



tinham disponíveis para possíveis arrendamentos de culturas alimentares 1.192.254 hectares de pastagens, em 2010 reduz-se para 779.080 hectares (Gráfico 1). Reflexo maior dessa diminuição na oferta de áreas foram os aumentos estrondosos que ocorreram nos valores da terra, do aluguel e do arrendamento na região de Araçatuba neste mesmo período (Tabela 1).

Tabela 1 - Região de Araçatuba/SP - Valores do aluguel de pasto (R\$/cabeça de bovino/mês), do arrendamento (R\$/ha/ano) e da terra nua (R\$/ha) (2000 e 2010).

Negociação/Ano	2000	2010
Aluguel de pasto	6,75	17,00
Arrendamento	162,60	441,36
Valor da terra nua	2.089,77	10.552,00

Fonte: Banco de Dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA)¹⁰.

Adicionado a uma elevação também estacionária da ocupação da fruticultura (+ 3,84%) (Gráfico 2), há que se considerar que muitos desses produtos, ainda que tenham aumentado suas produções durante os anos 2000, partem de uma base de análise que apresenta valores insignificantes em relação ao que o mercado necessita absorver para o abastecimento equilibrado da dieta regional (Tabela 2). Exemplos dessa realidade, representando pequenas fatias da totalidade produzida no estado de São Paulo, abobrinha (2,4% da produção estadual), amendoim (4,5%), banana (2,7%), berinjela (2,0%), beterraba (0,03%), brócolis (0,3%), couve-flor (0,1%), frango para corte (0,4%), mamão (3,6%), repolho (0,1%) e uva comum para mesa (0,07%) são culturas que mesmo com ascensões no volume de produção interna à região de Araçatuba, não

¹⁰ Para um comparativo com o custo da mão de obra no mesmo intervalo, o Instituto de Economia Agrícola (IEA) apresenta estatísticas que demonstram um aumento do salário rural que variou de R\$ 235,40 em 2000 para R\$ 645,92 em 2010.



atingiram importância relevante no suprimento da procura requerida pela economia regional.

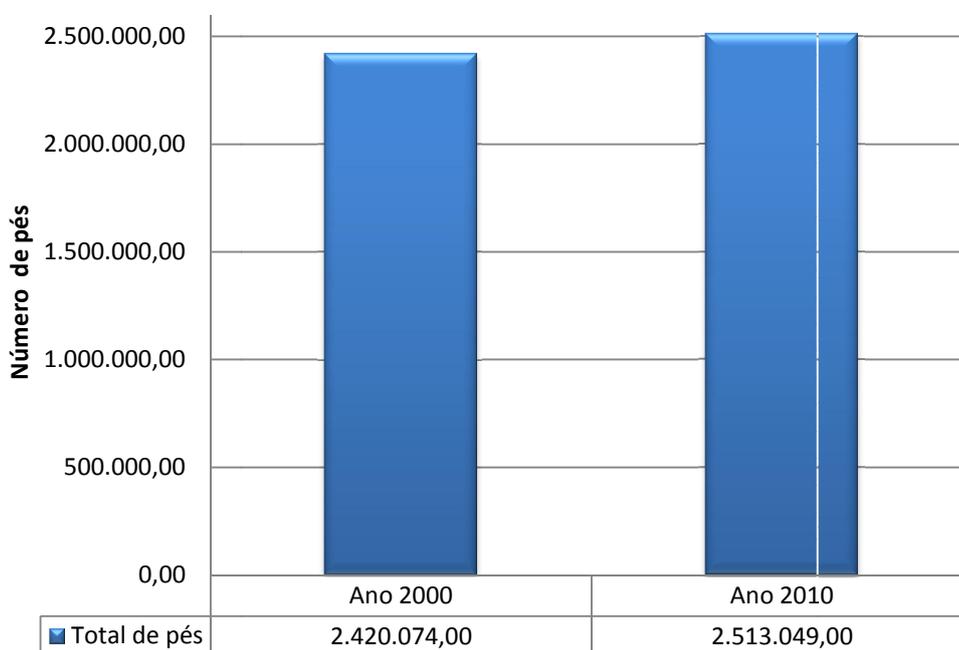


Gráfico 2 - Ocupação da fruticultura na região de Araçatuba, em pés (2000 e 2010).

Fonte: Banco de Dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Goiaba para mesa (com 9,8% da produção estadual), manga (8,8%) e melancia (5,7%), por apresentarem períodos de safra muito curtos na região, conformam fluxos de autoabastecimento regional satisfatórios numa época do ano, ficando o seu restante à mercê de ofertas de longos circuitos de distribuição¹¹. Produtos como o abacaxi (56,6% da produção estadual) e a batata doce (13,2%) são exemplos de culturas que ao

¹¹ Na busca de melhores preços (pois uma oferta excessiva de produtos perecíveis no mercado regional os desvalorizaria), parte da produção dessas culturas na região é direcionada para pontos consumidores distantes.



terem reajustado para cima suas produções, não somente abastecem o mercado regional durante praticamente todo o ano, como têm deslocado densos volumes para mercados consumidores em pontos do Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país.

Alface e couve – presentes na tabela seguinte (Tabela 2) - (e outras culturas folhosas como agrião, almeirão, chicória, espinafre, rúcula e salsa), ao serem produtos nos quais a alta perecibilidade se configura como fator crítico para a logística de distribuição, tem na própria região a quase totalidade da origem do consumido pela população.

Tabela 2 - Região de Araçatuba/SP - Variação do volume de alimentos produzido (2000 e 2010).

Produto	Unidade	2000	2010	Varição
Abacate	Caixa 22 Kg	187.870	40.780	-78,3%
Abacaxi	Caixa 17 Kg	4.705.747	5.791.210	+26,1%
Abóbora	Tonelada	5.368	4.254	-20,8%
Abobrinha	Caixa 20 Kg	59.400	73.452	+23,7%
Alface	Engradado 9 dz.	24.283	25.063	+3,2%
Alho	Tonelada	46	10	-78,3%
Amendoim	Saca 25 Kg	320.365	345.187	+7,7%
Arroz	Saca 60 Kg	58.280	9.137	-84,3%
Banana	Tonelada	10.618	32.003	+201,4%
Batata doce	Caixa 24 Kg	37.600	344.535	+816,3%
Berinjela	Caixa 13 Kg	24.000	70.466	+193,6%
Beterraba	Caixa 24 Kg	1.260	2.000	+58,7%
Brócolis	Engradado 15 Kg	4.000	7.800	+95%
Café	Saca 60 Kg	78.158	36.462	-53,3%
Caqui	Caixa 26 Kg	1.988	1.680	-15,5%
Carne bovina	Arroba	3.032.166	2.160.762	-28,7%



XIII Jornadas Nacionales y
V Internacionales de Investigación y Debate.

Sujetos Sociales

Territorios Agrarios Latinoamericanos

Siglos XX y XXI

Universidad Nacional de Quilmes
27 al 29 de julio de 2016

Organizan



Auspician



Cebola	Tonelada	7.885	2.569	-67,4%
Cenoura	Caixa 25 Kg	10.000	1.600	-84%
Couve	Dúzia Maço 6 Kg	7.300	30.000	+310,9%
Couve-flor	Engradado 30 cab.	320	2.400	+650%
Feijão ¹²	Saca 60 Kg	274.439	144.139	-47,5%
Frangos	Kg	3.583.689	6.485.970	+81%
Goiaba mesa	Caixa 3,5Kg	3.906.620	1.421.500	-63,6%

Continua

Conclusão

Produto	Unidade	2000	2010	Varição
Goiaba Indústria	Kg	4.375.700	1.596.000	-132,1%
Laranja	Caixa 40,8 Kg	3.722.785	2.706.635	-27,3%
Leite	1.000 litros	206.021	188.337	-8,6%
Limão	Caixa 40,8 Kg	495.570	264.150	-46,7%
Mamão	Caixa Dupla 25 Kg	30.050	51.550	+71,5
Mandioca Mesa	Caixa 25 Kg	122.144	407.520	+233,6%
Mand. Indústria	Tonelada	40.787	4.785	-88,3%
Manga	Caixa 22 Kg	722.005	803.550	+11,3%
Maracujá	Caixa 16 Kg	38.289	36.994	-3,4%
Melancia	Tonelada	10.995	11.256	+2,4%
Melão	Tonelada	1.380	240	-82,6%

¹² Inclui as safras das águas e da seca, irrigado e sem irrigação.



Milho	Saca 60 Kg	4.342.627	3.967.437	-8,6%
Moranga	Tonelada	335	75	-77,6%
Morango	Caixa 4 Kg	8.000	4.600	-42,5%
Ovos	1.000 Dúzias	75.517	73.539	-2,6%
Pepino	Caixa 24 Kg	63.160	15.100	-76,1%
Pimentão	Caixa 12 Kg	649.200	159.460	-75,4%
Poncã	Caixa 40,8 Kg	58.239	34.470	-40,8%
Quiabo	Caixa 16 Kg	631.910	398.566	-36,9%
Repolho	Saca 30 Kg	1.000	7.875	+687,5%
Soja	Saca 60 Kg	751.897	1.106.238	+47,1%
Tomate envarado	Caixa 25 Kg	53.991	9.300	-82,8%
Tomate rasteiro	Tonelada	144.775	71.784	-50,4%
Tangerina	Caixa 40,8 Kg	68.150	9.000	-86,8%
Suíno	Arroba	259.069	200.830	-22,5%
Uva comum mesa	Caixa 6 Kg	6.648	10.000	+50,4%
Uva fina mesa	Caixa 7 Kg	174.749	11.366	-93,4%
Vagem	Caixa 19 Kg	6.084	1.089	-82,1%

Fonte: Banco de Dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

No que se refere às culturas que apresentaram redução na produção em terras regionais, destacam-se o arroz (-84,3%), o feijão (-47,5%), a carne bovina (-28,7%), a carne suína (-22,5%), o café (-53,3%), o leite (-8,6%), os tomates envarado (-82,8%) e o rasteiro (-50,4%), a cebola (-67,4%) e o alho (-78,3%). Para as frutas, o abacate (-78,3%), o caqui (-15,5%), as goiabas de mesa (-63,6%) e de indústria (-132,1%), a laranja (-27,3%), o limão (-46,7%), o maracujá (-3,4%), o morango (-42,5%), a poncã (-40,8%), a tangerina (-86,8%) e a uva fina de mesa (-93,4%) tiveram queda no volume produzido regionalmente. No caso dos legumes, o descenso ocorreu para a abóbora (-



20,8%), a cenoura (-84%), a moranga (-77,6%), o pepino (-76,1%), o pimentão (-75,4%), o quiabo (-36,9%) e a vagem (-82,1%).

Dessa forma, mesmo com o reajuste da produção e da produtividade de diversas culturas nesse intervalo (Tabela 2) -, aumentou-se a captação de alimentos *in natura* externos à região de Araçatuba realizada pelo atacado no decorrer da última década, numa realidade em que a oferta não acompanhou a elevação do poder de compra da população para a maioria dos produtos (Tabela 3).

Tabela 3 - Volume financeiro movimentado na CEAGESP de Araçatuba (2008-2013), em milhões de reais.

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Volume	29,4	32,2	47,8	48,3	46,5	49,2

Fonte: CEAGESP de Araçatuba, 2014.

Ao se considerar que o salário médio na região subiu em torno de 4% ao ano entre 2000 e 2005 (BAENINGER *et. al.* 2010)¹³ e que dentre os menores extratos de renda (como aqueles receptores do Bolsa Família) a propensão marginal ao consumo de alimentos ascende quando há aumento no valor recebido pelo mês trabalhado (RODRIGUES & GOMES, 2008), identifica-se que a produção regional de alimentos foi deficitária perante a elevação da procura.

Daí que, para abastecer essa demanda reprimida por alimentos em Araçatuba e hinterlândia, avolumaram-se os produtos adquiridos via atacado ou diretamente dos produtores em regiões longínquas. Acrescentou-se a esses fluxos a oferta também disponibilizada pelos *circuitos espaciais* de produção, circulação e distribuição

¹³ No Brasil, entre 2010 e 2011 o aumento da renda do trabalhador foi de 2,4%.



subalternos (produtos artesanais confeccionados na informalidade por pequenos agricultores da região).

O circuito subalterno da economia agropecuária na região de Araçatuba, São Paulo, Brasil

Questionando a produção de alimentos geradores de segurança alimentar e nutricional frente à hegemonia das pastagens pecuárias e da expansão da cana-de-açúcar nas áreas agricultáveis, capta-se uma conjuntura em que a maioria das produções (internamente à região) de arroz, feijão, frutas, legumes e verduras não é suficiente para suprir a demanda da população regional por comida. Presenciou-se, contudo, uma situação na qual os avanços nas políticas públicas de compra governamental de alimentos da agricultura familiar surgidos a partir dos anos 2000 - através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - têm possibilitado se diagnosticar um cenário futuro de estruturação técnica e organizacional dos pequenos e médios produtores agropecuários da região de Araçatuba.

No caso específico dos produtores assentados de reforma agrária, reconheceu-se, em muitas das famílias, um contexto em que o conhecimento do trato com a terra se apresenta ainda muito deficiente. Diferente dos agricultores tradicionais (que pela permanência na terra de maneira ininterrupta mantiveram garantidos a reprodução do domínio técnico entre as gerações), uma grande quantidade desses assentados, ao ser oriundo do urbano, adquiriu a concessão de uso de lotes da reforma agrária possuindo conhecimentos técnicos muito limitados sobre a produção agropecuária¹⁴. Numa

¹⁴ Muitos relatos absorvidos nas pesquisas realizadas demarcam a nostalgia dos pais pela vida deixada no mundo rural como a única ligação possuída com o campo pelos assentados antes de adquirirem seus lotes.



realidade na qual a atuação da extensão rural é deficitária, e 30 dos 43 assentamentos surgidos na região de Araçatuba (Tabela 4) possuem menos de uma década de funcionamento, a baixa instrução vigente ainda impede uma expansão produtiva que fortaleça suas participações além da cultura do leite e dos programas de compra governamentais¹⁵.

Sendo a linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para a pecuária leiteira a mais acessível logo no início da instalação dos assentamentos, o leite se apresenta como o produto que mais tem se destacado no processo de consolidação dos lotes concedidos para a reforma agrária. Ao se caracterizar como uma atividade de alta liquidez (independente da época do ano), a pecuária leiteira é citada pelos assentados como o setor econômico da agropecuária mais estável para a obtenção de uma renda mensal assegurada¹⁶. Produzido a partir do uso de uma intensidade mínima de inovações (animais mistos de linhagens inferiores e ordenha manual predominantemente ao relento) - que configuram a dinamicidade do circuito subalterno da economia agropecuária nesse setor – o leite captado nos assentamentos (dentre os diferentes canais de comercialização e consumo) é referendado nas análises realizadas como um dos poucos produtos (junto à mandioca) com oferta regular nos programas de compra governamentais existentes na região de Araçatuba.

Já no que se refere ao abastecimento de frutas, legumes e verduras, mesmo se tendo identificado a insuficiência na produção dos lotes de reforma agrária, o incentivo da venda garantida principalmente ao PAA propiciou um aumento na oferta regional

¹⁵ O número insuficiente de profissionais responsáveis pelo atendimento em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que suscita a baixa qualidade dos serviços prestados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) foram reclamações recorrentes nas visitas realizadas aos assentamentos. Com a terceirização da ATER, o diagnóstico realizado indicou uma alta rotatividade de funcionários e a existência de uma política de metas quantitativas que não contempla as necessidades mínimas de um bom acompanhamento das demandas dos assentados.

¹⁶ Daí que nas pesquisas de campo realizadas nos assentamentos se destacaram nas paisagens captadas o predomínio das mesmas antigas pastagens herdadas do período em que as áreas em concessão ainda se manifestavam enquanto latifúndios.



desses produtos alimentares cultivados nos assentamentos¹⁷. Sendo assim, além da prerrogativa de um aumento na renda das famílias assentadas, o PAA tem sido uma ‘escola’ na qual o produtor tem a oportunidade de aprender a produzir.

Outra correspondência muito importante constatada nessa pesquisa é a ligação existente entre os municípios que aderiram ao PAA e a localização dos assentamentos (Tabela 4). Ao se verificar que nos arredores da maioria das cidades onde houve a implantação de projetos do programa encontra-se um ou mais assentamentos, chega-se ao positivo diagnóstico que aponta benefícios econômicos e sociais criados localmente com a realização da reforma agrária¹⁸

Nº	Assentamento	Município	Nº de Famílias	Fundação
01	Moinho	Guaraçaí	Em parcelamento	2013
02	Florestan Fernandes	Mirandópolis	210	2013
03	Frei Pedro	Pereira Barreto	67	2010
04	Eldorado dos Carajás	Pereira Barreto	51	2010
05	Josué de Castro	Andradina	51	2009
06	Chico Mendes	Araçatuba	267	2009
07	Pendengo	Castilho	201	2009
08	Esperança de luz (Ipê)	Castilho	60	2009
09	Santa Luzia	Guaraçaí	70	2009
10	Araçá	Araçatuba	80	2008
11	Zumbi dos Palmares	Itapura	80	2008
12	Olga Benário	Pereira Barreto	49	2008

¹⁷ Ainda que o rigor das normativas imponha parâmetros rígidos para o funcionamento do programa, ao nível das localidades a modalidade Doação Simultânea tem tolerado a entrada de produtos fora dos padrões de mercado. Com isso, produtos aparentemente disformes e de coloração diferente ao habitual têm sido aceitos.

¹⁸ Observou-se que os três municípios que em 2013 possuíam projetos no PAA sem estarem localizados nas proximidades de assentamentos de reforma agrária – Clementina, Penápolis e Piacatu - (de um total de 17) (Tabela 5), caracterizam-se por apresentar uma menor concentração fundiária e a existência de um volume significativo de pequenos agricultores tradicionais que realizam uma produção mais diversificada em suas delimitações territoriais.



XIII Jornadas Nacionales y
V Internacionales de Investigación y Debate.

Sujetos Sociales

Territorios Agrarios Latinoamericanos

Siglos XX y XXI

Universidad Nacional de Quilmes
27 al 29 de julio de 2016

Organizan



Auspician



13	Santa Izabel	Castilho	68	2008
14	Cachoeira	Itapura	65	2007
15	Cafeeira	Castilho	125	2007
16	São Lucas	Mirandópolis	68	2007
17	Hugo Herédia	Araçatuba	60	2006
18	Primavera II	Mirandópolis	105	2006
19	Arizona	Andradina	46	2006
20	Santa Cristina	Murutinga do Sul	56	2006
21	Dois irmãos	Murutinga do Sul	125	2005
22	Celsofurtado	Castilho	179	2005
23	União da Vitória	Suzanópolis	155	2005
24	Pousada Alegre	Nova Independência	60	2005
25	Estrela da Ilha	Ilha Solteira	210	2005
26	Roseli Nunes	Itapura	85	2005
27	Santa Maria da lagoa	Ilha Solteira	75	2005
28	Nova Vila	Guaraçaí	57	2005
29	N. S. Aparecida II	Castilho	73	2004
30	Terra é Vida	Pereira Barreto	39	2004
31	São Joaquim	Castilho	46	2003
32	Terra Livre	Castilho	41	2003
33	São Sebastião	Andradina	74	2002
34	Anhumas	Castilho	70	2001
35	Salvador	Brejo Alegre	20	1999
36	Orlando Molina	Murutinga do sul	77	1998
37	Timboré	Andradina	176	1995
38	Rio Paraná	Castilho	92	1991
39	São José II	Guaraçaí	39	1988
40	Esmeralda	Pereira Barreto	85	1987
41	Aroeira	Guaraçaí	40	1987
42	São José	Birigui	48	1986
43	Primavera (emancipado)	Andradina	311	1981

Tabela 4 - Assentamentos de reforma agrária na região de Araçatuba/SP, 2014. Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Escritório de Andradina, 2014.



Municípios com PAA	Municípios com PAA
1 – Andradina	10 - Itapura
2 – Araçatuba	11 – Lavínia
3 - Birigui	12 – Mirandópolis
4 – Brejo Alegre	13 – Murutinga do Sul
5 - Buritama	14 – Nova Independência
6 – Castilho	15 – Penápolis
7 – Clementina	16 – Pereira Barreto
8 – Guaraçai	17 - Piacatu
9 – Ilha Solteira	

Tabela 5 - Municípios com projetos do PAA na região de Araçatuba/SP, 2013.

Fonte: Pesquisas de campo, 2014.

Partindo da análise da variável social, a realização da reforma agrária e a implantação concomitante de projetos de compra de produtos dos assentamentos nas municipalidades da região têm conseguido atingir minimamente as metas de “... garantir a alimentação de pessoas em *situação* de vulnerabilidade social ou insegurança alimentar e gerar trabalho e renda no campo por meio da compra direta de alimentos dos produtores” (HESPANHOL, 2009, p. 01)¹⁹. Ao possibilitar a divisão da renda da terra acrescentada pelos repasses monetários advindos dos programas de compra governamentais, a reforma agrária tem propulsionado um efeito multiplicador na economia dos municípios onde são instalados os assentamentos (e em suas adjacências)²⁰.

¹⁹ As entidades municipais mais citadas no recebimento das doações via PAA foram os hospitais, asilos, creches e igrejas.

²⁰ “O dia do recebimento do cheque do PAA é uma alegria para os donos de comércio da cidade”, relatou um presidente de cooperativa de produtores de Andradina.



Observou-se que o mesmo não acontece nos 26 municípios que não aderiram ao programa na região. Nessas localidades, mesmo havendo projetos e entidades assistenciais que acolhem a população mais carente que vive *situações* de insegurança alimentar, o atendimento a essas demandas é feito com uma pequena diversidade de produtos (que em muitos casos, não inclui frutas, legumes e verduras). Oferece-se, assim, em quase a totalidade dos casos, a tradicional cesta básica composta por arroz, feijão, óleo de soja, macarrão, farinha de mandioca, café, açúcar e leite, basicamente²¹.

No que se refere ao PNAE, todos os 43 municípios da região de Araçatuba fazem parte do programa. Contudo, como no PAA, somente os mais próximos aos assentamentos conseguem captar para a merenda escolar uma diversidade de produtos *in natura* adquiridos diretamente dos produtores rurais da circunvizinhança. Posto dessa forma, na maioria das municipalidades (onde praticamente não se produz nada além de cana, carne e leite), os produtos demandados nas licitações do PNAE são predominantemente providos pelas propostas apresentadas por agroindústrias (de diferentes lugares do Centro-Sul do país), empresas atacadistas e mercados locais e regionais.

Outros elementos positivos que emergiram através da *multiterritorialidade* representada pelo surgimento dos assentamentos da reforma agrária na região de Araçatuba são os comércios de rua formais e informais. Afora os doces, queijos e outros produtos artesanais fabricados pelas famílias assentadas, a comercialização do excedente perecível não absorvido pelos programas de compra governamentais promoveu um reajuste significativo nos fluxos do circuito inferior da economia. Exemplificando com o caso das feiras livres, somente no município de Andradina, na última década (de 2000 a 2010), a periodicidade desse *evento* saltou de dois para cinco

²¹ Em alguns municípios se citou casos de mercados de alimentos que informalmente doam produtos *in natura* fora dos padrões das gôndolas para entidades assistencialistas. Nessas localidades, esses donativos se constituem para muitas pessoas praticamente a única fonte de acesso a frutas, legumes e verduras.



dias durante a semana. Destarte, resultado do surgimento na região de 30 novos assentamentos nessa primeira década do século XXI, feiras livres foram criadas no espaço urbano de várias municipalidades adjacentes a esses projetos.

Essas são amostras de um *sistema de objetos* e ações que embora represente somente um fragmento minúsculo do *território usado* na região de Araçatuba (e detenha problemáticas como as relacionadas ao domínio técnico-produtivo), reúne potencialidades que deveriam estar na ordem do dia dentre as principais pautas estruturais de políticas públicas do país. Numa realidade onde a maioria da população não consegue acessar em seu cotidiano a quantidade e qualidade mínimas necessárias de alimentos para se ter uma vida saudável, refletir a função social da terra e reivindicar a reforma da estrutura fundiária do entorno regional vivido é um direito.

Seguindo esse indicativo, mesmo com as conquistas adquiridas neste novo século que resultaram na criação de 34 assentamentos na região, os movimentos sociais reivindicatórios da reforma agrária continuam pleiteando ao poder público a desapropriação de muitas outras áreas improdutivas ainda existentes. Através de ocupações que são reforçadas em campanhas como o Abril Vermelho, somente no ano de 2013, em toda a região de Araçatuba, 36 fazendas estavam parcialmente tomadas por acampamentos de sem-terra (Tabela 6).

Numa realidade em que 63,4% das propriedades na região são fazendas com mais de 200 hectares, e que dentre elas alguns casos chegam a indicar a concentração de áreas que superam 20.000 hectares sob a posse de uma única família (LUPA, 2008), as pressões dos movimentos sociais e as intervenções do INCRA para identificar *situações* de improdutividade dão um indicativo de que a busca pela construção de um modelo alternativo de uso da estrutura fundiária continuará²².

²²Informações obtidas junto aos agentes de desenvolvimento local das municipalidades indicaram a presença de 16 propriedades na região em processo de encaminhamento enquanto áreas de interesse social para a reforma agrária.



Em um patamar no qual a função da terra se manifesta hegemonicamente segundo os anseios do mercado *verticalizado* de *commodities* internacionais, sua posse especulativa sustenta a manutenção de uma lógica perversa que coloca o abastecimento de alimentos dependente de longos *circuitos espaciais* de circulação. Reforça essa tendência a insuficiência de políticas públicas que subsidiem as produções regionais (além da política de preços mínimos, do PAA e do PNAE) e invertam parte dos investimentos em ciência e tecnologia para a adaptação e o aumento da produtividade de culturas alimentares nos diferentes domínios morfoclimáticos.

Tabela 6 - Acampamentos de reforma agrária na região de Araçatuba/SP, 2013.

Nome do acampamento	Município
Adão Preto	Araçatuba
Antônio Conselheiro	Santo Antônio do Araranguá
Argentina Maria	Barbosa
Barreirão	Piacatu
Brejo Alegre	Glicério
Brejo Alegre II	Brejo Alegre
Conquista Da Terra 2	Lavínia
Dep. Adão Preto	Araçatuba
Egídio Broneto	Mirandópolis
Ernesto Che Guevara	Mirandópolis
Frei Pedro	Pereira Barreto
Irma Dorothy Stang	SudMennucci
Irmã Dorothy Stang II	SudMennucci
Jose Hamilton	Guaraçai
Jose Martí	Castilho
Jose Martí II	Castilho
Jose Ribamar	Pereira Barreto
Madre Cristina	Itapura
Moryá	Brejo Alegre
Nossa Senhora Aparecida III	Nova Independência
Nova Esperança II	Brejo Alegre
Novo Horizonte	Araçatuba
Osiel Alves	Suzanópolis
Palmares I	Araçatuba
Palmares II	Araçatuba



Perola Negra	Andradina
Rosa Luxemburgo	Rubiácea
Santana da Bacuri	Lavínia
São Bento	Brejo Alegre
Terra Nossa	Pereira Barreto
Três Irmãos	Andradina
Tribo de Judá	Lourdes
Tribo Judá	Lourdes
William Bi	Murutinga do Sul
Zilda Arns	Araçatuba
Zumbi dos Palmares	Araçatuba

Fonte: Itesp, 2014.

Considerações Finais

Há tempos, no ensaio *Natureza e Sociedade* (1984), Rossini já enfatizava que o alargamento das distâncias entre os seres humanos e a natureza somente estenderia, de maneira desatinada, suas necessidades em relação a ela (ROSSINI, 1984). Posto isso, após o aprofundamento maléfico dos monocultivos durante a onda neoliberal, tornou-se premente a necessidade de se desalienar os usos locais do espaço geográfico, revalorizando a realidade concreta das *horizontalidades* (CONTEL, 2006).

É preciso assim ir além das deliberações pontuais que reorientam meramente porções pouco significativas da totalidade (como os assentamentos de reforma agrária) rumo a projetos geradores de segurança alimentar e nutricional para a população regional. Na busca de um futuro diferente, a tomada de consciência de que a realidade pode ser transformada por intermédio das escolhas, das decisões e das lutas, deixa em aberto as possibilidades de inversão dialética, na concretização de utopias e esperanças (SANTOS, 2000). Trata-se da criação de um novo mundo, no qual o reencontro da sociedade com a natureza se efetivará primordialmente por intermédio da reestruturação produtiva de toda agricultura numa *solidariedade orgânica* que garanta o acesso universal de todos os seres humanos a uma alimentação saudável. Como já enfatizado



em 1969 por Milton Santos na pesquisa *De la geographie de la faim a la planification régionale*, somente uma política de planejamento geral da economia que integre a população urbana e o entorno rural nas regiões agrícolas permitirá um redirecionamento efetivo do *território usado* ao que ele denominou posteriormente como *o período popular* da História (SANTOS, M. 2000).

Referências Bibliografias:

CASTILLO, R. A.& FREDERICO, S. **Espaço Geográfico, Produção e Movimento:** Uma Reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade e Natureza*. vol. 22, n. 03. pp. 461-474, Uberlândia, 2010.

CONTEL, F. B. **Território e Finanças:** técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. Tese de Doutorado em Geografia Humana. FFLCH. USP. São Paulo, 2006.

COUTO, E. **As Normas e o Mercado da Horticultura:** A Inserção dos Agricultores de Ibiúna (SP) nos Circuitos Socioespaciais. *Revista Agrária*. n. 05. pp. 40-64, São Paulo, 2006.

DAVID, V. C. **Território Usado e Circuito Superior Marginal:** equipamentos médico-hospitalares em Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto (SP). Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. FFLCH. USP. São Paulo, 2010.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. [1980]. **Mil platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. vol. 1 Editora 34, Rio de Janeiro, 1995.



DE JONG, G. M. **Geografía, método regional y planificación.** 1^a ed. Catálogos. Buenos Aires, 2009.

DI NUCCI, J. **Circuitos de la Economía Urbana de Bebidas Gaseosas y Aguas Saborizadas: Consumo, Discursos Light y Publicidad en Argentina.** Cuadernos de Geografía. Revista Colombiana de Geografía. vol. 20, n. 1, pp. 103-119, Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2011.

ELIAS, D. **Novas Dinâmicas Territoriais no Brasil Agrícola.** In: SPOSITO, E. S. & SPOSITO, M. E. B. & SOBARZO, O. (Org.). *Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional.* Expressão Popular. São Paulo, 2006.

_____. **Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil.** Anales del XII Colóquio Geocrítica. Bogotá, 2012.

GOLDFARB, Y. **A Luta pela Terra entre o Campo e a Cidade:** as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. FFLCH. USP. São Paulo, 2007.

GRISA, C. & GAZOLA, M. & SCHNEIDER, S. **A “produção invisível” na agricultura familiar:** autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Agroalimentaria.* v. 16, n. 31; julio-diciembre. Mérida, 2010.

HAESBAERT, R. **Território e Multiterritorialidade: Um Debate.** Revista GEOgraphia. Ano IX. n.17 Niterói, 2007.



HESPANHOL, R. **O Programa de Aquisição de Alimentos na Região de Dracena (SP).** Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER). 18p. Porto Alegre, 2009.

HESPANHOL, R. **O Programa de Aquisição de Alimentos na Região de Dracena (SP).** Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER). 18p. Porto Alegre, 2009.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **La crisis mundial de alimentos: qué hay detrás y que podemos hacer.** In: <http://www.ircamericas.org/esp/5627>. Programa de las Américas del Centro para la Política Internacional. Cidade do México, 2008.

MAGALDI, S. B. **Alimentação: Instrumentalização, Dinâmica Industrial e Vulnerabilidades Alimentares (Uma Proposta de Análise na Perspectiva da Geografia).** In: SPOSITO, E. S. & SANT'ANNA NETO, J. L. (Org.) **Uma Geografia em Movimento.** Expressão Popular. São Paulo, 2010.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais.** Ensaios FEE, v. 25, n. 1, pp. 299-322, Porto Alegre, 2004.

MARQUES, M. I. M. **Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade.** In: OLIVEIRA, A. U. & MARQUES, M. I. M. (orgs.) **O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social.** Editoras Casa Amarela e Paz e Terra. pp. 145-158, São Paulo, 2004.



MARQUES, P. V. & AGUIAR, D. R. D. **Comercialização de Produtos Agrícolas.** EDUSP. São Paulo, 1993.

MARX, K. [1867] **El Capital.** Crítica de la economía política. Tomo I, Vol. I e II. Livro Primeiro, 14^a ed. Siglo Veintiuno, Cidade do México, 1984.

MONTAGUT, X. **Para Controlar Nuestra Alimentación, Otro Comercio es Necesario.** In: MONTAGUT, X. & VIVAS, E. Del Campo al Plato: Los Circuitos de Producción y Distribución de Alimentos (Org.). Icaria:Antrazyt. pp. 131-175. Barcelona, 2009.

PAULINO, E. T. **Capitalismo rentista e luta pela terra:** a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. Revista NERA, Ano 9.n. 08. Presidente Prudente, 2006.

PINATTI, E.& BINI, D. L. C. **Carne Bovina: comportamento dos preços em 2010.** Análises e Indicadores do Agronegócio. v. 06 n.3. IEA. São Paulo, 2011.

RAMOS, S. F. **Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas:** afruticultura irrigada em Petrolina (PE)/Juazeiro (BA). Dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, São Paulo, 2001.

ROFMAN, A. **Desigualdades regionales y concentración economía:** el caso argentino, Ediciones SIAP. Planteos. Buenos Aires, 1974.



ROSSINI, R. E. **Natureza e Sociedade**. In: Anais ABEP. pp. 1743-1756. Belo Horizonte, 1984.

RICARDO, C. Z. & CLARO, R. M. **Custo da alimentação e densidade energética da dieta no Brasil, 2008-2009**. Caderno Saúde Pública. v. 28. n. 12. Rio de Janeiro, 2012.

SANT'ANA, A. L. & COSTA, V. M. H. M. **Produtores Familiares e Estratégias Ligadas a Terra**. RER. v. 42. N. 04. pp. 663-683. Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. Hucitec. São Paulo, 1988.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. Hucitec. São Paulo, 1994.

_____. [1993]. **A Urbanização Brasileira**. Hucitec. 2ª ed. São Paulo, 1994.

_____. **Por uma outra globalização**. Record. São Paulo, 2000.

_____. [1979] **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. EDUSP. São Paulo, 2002.

_____. [1979b] **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. EDUSP. São Paulo, 2003.

SANTOS, M. *et. al.* **O Papel Ativo da Geografia: Um Manifesto**. Revista Território. Ano V, n. 09, pp. 103-109. Rio de Janeiro, 2000.



SANTOS, M.& SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Editora Record. Rio de Janeiro, 2001.

SILVEIRA, M. L. **Confines de la racionalidad: el espacio geográfico Contemporáneo**. In Delgado M. Cristancho, H. (organizadores), Globalización y territorio: reflexiones geográficas en América Latina, pp. 31-51. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 2009.

_____. **Território Usado: Dinâmicas de Especialização, Dinâmicas de Diversidade**. *Ciência Geográfica*. Vol. XV (1). pp. 04-12. Bauru, 2011.

SUERTEGARAY, D. M. **A.Espaço Geográfico Uno e Múltiplo**. Scripta Nova. Barcelona, 2001.

TOLEDO, M. & CASTILLO, R. **Grandes empresas e uso corporativo do território: o caso do circuito espacial produtivo da laranja**. *Geosul*. v. 23. n. 46. pp. 79-93, jul./dez. Florianópolis, 2008.

VIVAS, E. **Los Entresijos del Sistema Agroalimentario Mundial**. In: MONTAGUT, X. & VIVAS, E. *Del Campo al Plato: Los Circuitos de Producción y Distribución de Alimentos (Org.)*. Icaria: Antrazyt. pp. 09-40. Barcelona, 2009.